

Por Alexandre Sammogini



A Previ realizou webinar “Investimentos responsáveis: como gerar valor com sustentabilidade na América Latina” nesta segunda-feira (29/09) em parceria com a Abrapp e o PRI (Principles for Responsible Investment). O encontro foi uma preparação para o PRI in Person, maior evento global sobre investimento responsável, que acontecerá de 4 a 6 de novembro em São Paulo.

A abertura do webinar foi realizada pelo Diretor de Normas da Previc, Alcinei Cardoso Rodrigues, que citou o tratamento dos critérios ASG (ambientais, sociais e de governança) nas normas anteriores de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). Lembrou que as regulamentações do Conselho Monetário Nacional direcionadas para o setor faziam referência aos critérios de maneira opcional desde a Resolução 3.792/2009. Contudo, com o advento da atual Resolução 5.202/2025, pela primeira vez, trouxe regras assertivas para a utilização de tais critérios.

“A Resolução CMN 5.202/2025 traz uma mudança muito importante: pela primeira vez, o órgão aprova uma norma assertiva em que os investimentos [das EFPC] devem seguir parâmetros socialmente sustentáveis. Diz ainda que os parâmetros devem ser definidos pela Previc e devem seguir o modelo de segmentação de S1 a S4”, explicou Alcinei. O Diretor da Previc lembrou que a autarquia iniciou uma série de reuniões para estabelecer um amplo diálogo que visa escutar e recolher sugestões de todos os segmentos de entidades e associações representativas do setor.

“Realizamos uma série de diálogos presenciais com pelo menos 70 entidades, em que ouvimos sugestões para as normas ASG”, disse Alcinei. Informou que neste momento, está aberta uma audiência pública da Resolução Previc 23/2023 que traz uma minuta com parâmetros para investimentos socialmente sustentáveis. A audiência representa uma nova oportunidade para recolher sugestões.

Depois da atualização da Resolução Previc 23/2023, ainda será editada uma portaria da autarquia para definir os procedimentos operacionais para que as EFPC possam elaborar seus planos de trabalho e suas políticas de investimentos em relação às práticas ASG de suas carteiras. Ele alertou que a partir daí, serão exigidos critérios objetivos na elaboração de planos de trabalho que estarão sujeitos à fiscalização.

O representante da Previc disse ainda que a direção da autarquia procurou analisar as práticas internacionais, inclusive com conversas e utilização de orientações do PRI, que foram adaptadas à realidade brasileira. Ele ainda sugeriu a utilização de fóruns da Abrapp e do próprio PRI para que as entidades possam se preparar para este novo momento.

20 anos do PRI – O primeiro painel trouxe uma conversa entre Cláudio Gonçalves, Diretor de Investimentos da Previ, e Cambria Allen-Ratzlaff, Chefe de Desenvolvimento de Ecossistemas de Investimento Responsável do PRI, com a proposta de aprofundar a discussão sobre os investimentos sustentáveis e os caminhos para fortalecer o engajamento dos investidores na América Latina.

A representante do PRI apresentou sua visão sobre os principais avanços alcançados pela organização desde sua fundação em 2006 – e que completará 20 anos de existência no próximo ano. Disse que o PRI partiu de 69 signatários para mais de 1500 atuais, que representam a gestão de mais de US\$ 100 trilhões em recursos. Ela falou também que o PRI tem avançado significativamente com novos signatários no Brasil e na América Latina e destacou o papel de liderança que a Previ tem exercido para incentivar maior engajamento dos investidores da região.

Cambria Allen disse que o PRI está trabalhando em um projeto estratégico denominado “Futuro do Investimento Responsável”, com sua equipe de especialistas, que está ouvindo os signatários para definir qual deve ser a direção para os investimentos sustentáveis para os próximos 20 anos. “Sabemos que o mais importante é a visão de longo prazo. Não é o curto prazo. Então, queremos traçar uma direção de como criar valor em algumas décadas. Essa é a visão dos fundos de pensão que devem projetar como serão as empresas investidas daqui a algumas décadas”, comentou.

Momento desafiador – O Diretor de Investimentos da Previ perguntou sobre o desafio enfrentado pelos investidores e gestores americanos em relação à politização da pauta ASG. Cambria admitiu que os investidores têm sofrido maior pressão para se afastar dos critérios ASG e que isso tem representado um momento desafiador para os mercados mais desenvolvidos. Ela acredita que nos países em desenvolvimento e emergentes existem atualmente mais oportunidades de investimentos sociais devido à necessidade de construção de novos mercados.

Reconheceu também que os desafios são impostos pela maior politização dos temas ASG, com aumento das tensões nos EUA e na Europa. Mas, lembrou que o movimento anti-ESG não é novo, que já vinha ganhando força nos últimos anos. E explicou que nos EUA, há uma grande diversidade de situações, pois há estados, por exemplo, que são bastante favoráveis aos investimentos sustentáveis.

E destacou que os fundos de pensão, em geral, continuam muito comprometidos com o ASG. “Ainda vemos forte comprometimento a longo prazo e transparência por parte da maioria dos fundos de pensão. Temos de continuar mostrando que os investimentos sustentáveis são capazes de criar valor”, comentou.

Em outra questão, a representante do PRI explicou os objetivos das mudanças que serão implementadas para a elaboração dos relatórios que os signatários devem enviar periodicamente para a organização. Ela explicou que existe a intenção de priorização de temas mais essenciais com a finalidade de redução do tempo de preenchimento e elaboração dos relatórios, e que ao mesmo tempo, eles sirvam para que os próprios signatários possam utilizá-los como ferramenta para maior aplicação dos critérios ASG em suas estratégias de investimentos.

Ela disse que está muito animada em participar do evento do PRI in Person no início de novembro em São Paulo, quando a organização pretende levar grandes investidores e especialistas globais. E ainda lembrou que o evento foi confirmado em data próxima à COP30 que será realizada em Belém do Pará, a partir do dia 10 de novembro.

Cláudio Gonçalves destacou a atuação da Previ, como maior fundo de pensão da América Latina, como precursor do ASG no Brasil. E falou do atual estágio da regulamentação de investimentos do setor. “Estamos trabalhando muito no Brasil para a regulamentação dos investimentos sustentáveis junto com a Previc. Ainda temos um caminho muito longo, mas os reguladores estão tomando providências para transformar palavras em ações”, comentou.

O Diretor de Investimentos da Previ destacou que acredita que a nova regulação deve contribuir para que os investidores e os gestores sigam critérios de investimentos mais responsáveis no país.



Moderação da Abrapp – Já o segundo painel foi moderado pela Abrapp, e contou com a participação de representantes da Previ, do BNDES e da AFP Cuprum, fundo de previdência chileno, trazendo experiências práticas sobre como integrar os critérios ASG às práticas dos investimentos.

Victor Roberto Hohl, Diretor de Investimentos do Sebrae Previdência e membro da Comissão Técnica Centro-Norte de Investimentos da Abrapp, ressaltou que a Resolução CMN nº 5.202/2025 representa uma mudança de paradigma, não apenas por permitir que as entidades integrem fatores ESG em suas análises de investimento, mas também por inovar ao abrir espaço para novas

classes de ativos sustentáveis, como por exemplo os Fiagros, ampliando as oportunidades de investimentos alinhados aos critérios ASG.

“Essa transformação regulatória busca alinhar as práticas das entidades fechadas brasileiras às tendências globais de investimentos sustentáveis, consolidando obrigações formais em vez de recomendações”, afirmou Hohl.

Ele também destacou o trabalho que a Previc está realizando para adequar suas orientações à Resolução CMN nº 5.202/2025, fortalecendo a integração dos critérios ASG de forma mais estruturada, por meio da atualização da Resolução Previc nº 23/2023.

Iniciativa da Previ – Christian Riquelme, Gerente de Participações e Governança Corporativa da Previ, lembrou que a entidade vem publicando desde 2021 o seu inventário de gases de efeito estufa. A partir desse levantamento, são identificadas as principais fontes de emissões relacionadas às empresas investidas pela entidade.

Com a maturidade do Plano 1, responsável por quase 85% dos recursos garantidores, a Previ já adota uma estratégia de imunização do passivo, o que naturalmente reduz a exposição à renda variável e, consequentemente, às emissões. Comparando a base de 2021 com 2024, houve uma redução aproximada de 35% nas emissões.

Além disso, com base no Indicador Chave de Risco das empresas investidas, a Previ implementa ações de engajamento, incentivando as companhias a estabelecer metas de redução de emissões, melhorar a transparência e adotar padrões alinhados ao SBTi (Science Based Targets initiative). A entidade também monitora se essas metas estão sendo cumpridas e avalia possíveis indícios de greenwashing.

“As nossas interações, em sua maioria, são diretas com as empresas, mas também contamos com conselheiros indicados, com apoio institucional, para que o tema seja discutido em diferentes fóruns das companhias”, afirmou Riquelme.

Iniciativa do BNDES – Guilherme Medina, Diretor de Investimentos do BNDES, explicou que, no que se refere à sustentabilidade no processo de análise e aprovação de investimentos, o banco desenvolveu uma metodologia específica para avaliar os riscos socioambientais e climáticos das operações.

As empresas com potencial investimento pela BNDESPAR (braço de investimentos do BNDES) preenchem dois questionários distintos: o questionário da empresa, que trata da governança e da estrutura organizacional para lidar com questões socioambientais, e o questionário do projeto, que avalia aspectos como licenciamento e georreferenciamento.

Neste último, é verificado se o projeto está próximo a reservas indígenas, áreas quilombolas, fontes de água ou sítios arqueológicos, além de riscos de queimadas ou estresse hídrico, bem como a capacidade da empresa de lidar com essas questões.

Com base na análise desses questionários, frequentemente complementada por visitas ao local e reuniões com gestores, a área de risco de transição energética da BNDESPAR elabora um relatório detalhado para o time de investimento.

“Em muitos casos, esse processo resulta em um plano de ação com a empresa, formalizado nos acordos de investimento e de acionistas, incluindo compromissos para a adoção de medidas específicas”, afirmou Medina.

Iniciativa da AFP Cuprum – Javier Moraga, Chefe de Seleção de Fundos da AFP Cuprum, apresentou o foco atual da entidade em investimentos sustentáveis e as diferentes abordagens que

utiliza nesse campo. A AFP Cuprum adota um método de integração ASG guiado por cinco pilares principais.

O primeiro pilar é o papel fiduciário, com o principal objetivo de garantir a máxima rentabilidade e segurança dos ativos, prioridade que jamais pode ser negligenciada. O segundo é a materialidade, avaliando os investimentos com base em critérios relevantes, tornando o processo de análise mais eficiente.

O engajamento também desempenha papel essencial, ao interagir com as empresas investidas para mitigar riscos e construir soluções sustentáveis. Além disso, a promoção ASG busca estimular boas práticas socioambientais nas contrapartidas em que se investe. Por fim, a transparência assegura que as expectativas da AFP Cuprum em relação à sustentabilidade sejam comunicadas de forma clara e objetiva.

Com base nesses pilares, Javier explicou que o grupo de trabalho da AFP integra a análise de investimentos à tomada de decisão, seguida de engajamento ativo com o fornecimento de feedback, além de colaborar com empresas e gestores destacando os temas mais relevantes.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 29.09.2025.